



ANEXO IX - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE



Ministério Público do Trabalho

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PELOTAS, representado, neste ato, pelo Procurador do Trabalho Fabiano Holz Beserra, e o MUNICÍPIO RIO GRANDE, representado, neste ato, pelo seu Prefeito Municipal, resolvem, pelo presente instrumento, firmar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85.

Considerando que é dever do ente público, especialmente diante da responsabilidade subsidiária prevista no item III da Súmula 331 do TST, fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas, de modo a não causar dano ao Erário, o Município se obriga a:

1) inserir, nos contratos administrativos que firmar, cláusula que condicione o pagamento mensal da empresa contratada à comprovação, por meio idôneo, da regularidade com a Previdência Social (CND), com o FGTS (CRF) e com a Fazenda Federal, bem como à apresentação da Guia da Previdência Social (GPS) e da Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP), com autenticação do Banco receptor, constando os nomes dos empregados alocados para o serviço, sendo que tais documentos deverão corresponder ao mês imediatamente anterior ao da fatura apresentada;

2) inserir, ainda, nos contratos administrativos que firmar, cláusula que condicione o pagamento mensal da contratada à apresentação, junto com a fatura/nota fiscal dos serviços prestados, os seguintes documentos relativos aos empregados utilizados na execução do objeto contratual, referentes ao mês imediatamente anterior ao do pagamento: cópia da folha de pagamento, cópia autenticada das guias de recolhimento do



Ministério Público do Trabalho

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

INSS e do FGTS individualizadas aos empregados utilizados na prestação dos serviços, cópias dos recibos de entrega dos vales-transporte, dos vales-alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias.

3) fiscalizar rigorosamente o cumprimento das citadas cláusulas;

Vigência: O compromisso ora assumido produzirá seus efeitos legais a partir de sua celebração e vigorará por prazo indeterminado, ficando assegurado o direito de revisão das cláusulas e condições, em qualquer tempo, por meio de requerimento ao Ministério Público do Trabalho.

Natureza jurídica: Este compromisso terá natureza jurídica de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, § 6º, da Lei n.7347/85 e 585, II, do Código de Processo Civil e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Multa: O eventual inadimplemento da obrigação constante deste Termo sujeitará o Município ao pagamento de uma multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por trabalhador encontrado em situação irregular – ou seja, com direitos trabalhistas sonegados –, por verificação, ficando constituído em mora a partir do momento da constatação do descumprimento por qualquer outro meio idôneo.

Fundo compatível com a natureza dos direitos violados: Os valores das multas decorrentes deste ajuste, caso aplicadas, serão reversíveis ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos-FDD, de conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo 6º e art. 13 da Lei nº 7.347/85, e, na hipótese de extinção deste fundo, para outro que venha a lhe substituir, e caso não instituído, para os cofres da União. A critério do Ministério Público do Trabalho, os valores das multas poderão ser destinados a outra finalidade, desde que compatíveis com os direitos ora tutelados.



Ministério Público do Trabalho

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

Fiscalização: O Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego serão responsáveis pelo controle da fiel observância do presente Termo, que, caso descumprido, ensejará o ajuizamento de ação de execução. O presente Termo não isenta o Município de responsabilidade, em qualquer área, pelo conjunto de demais irregularidades trabalhistas, penais, fiscais, entre outras, já encontradas ou que vierem a ser encontradas, eventualmente, no futuro.

Em caso de descumprimento, o Ministério Público do Trabalho procederá à intimação do compromissado, via postal, para que apresente justificativa ou comprovar o recolhimento da multa no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Pelotas, 13 de maio de 2009.

Município de Rio Grande

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

Fabiano Holz Beserra
Procurador do Trabalho